

## Newton faz acordo com bicheiro

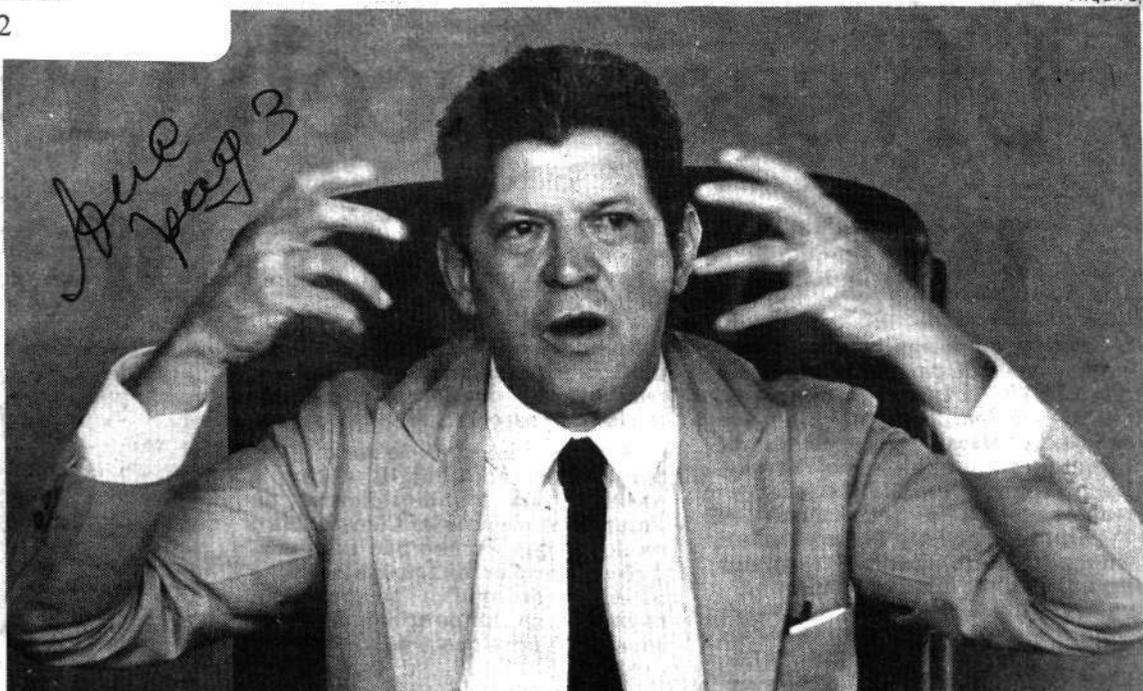
**Belo Horizonte** — O governo de Minas fechou um acordo com os bicheiros mineiros, para financiar em parte a construção dos 1 mil Cieps-Centros Integrados de Educação Pública, prometidos pelo secretário extraordinário para Desenvolvimento Social, Darcy Ribeiro, em troca do fim da repressão policial a contravenção, revelou ontem, em entrevista à rádio Itatiaia, desta capital, o bicheiro Nova Lima. À tarde, em entrevista no Palácio dos Despachos, o governador Newton Cardoso confirmou que o estado pretende "legalizar" o bicho, que daria Cz\$ 3 milhões mensais a serem usados no programa social.

Segundo o governador, o secretário de Segurança Pública de Minas, Sidney Safe Silveira, ex-presidente da seção mineira da OAB está propondo a legalização do jogo do bicho. "Legalizar o que está na rua e com verbas para o social, o que daria Cz\$ 3 milhões por mês", afirmou Newton Cardoso, que disse achar "muito interessante" a proposta. Justificou seu interesse, dizendo que ninguém consegue acabar com o jogo do bicho neste país.

Newton Cardoso disse que se o projeto de Sidney Safe estiver com a fundamentação perfeita, será aprovado por ele e a legalização será aceita. Indagado se a verba destinada pelos bicheiros seria toda usada na construção de Cieps, o governador revelou que o dinheiro será aplicado em "programas sociais, alimentação e remédios".

O bicheiro Nova Lima revelou, em sua entrevista, que antes das eleições, o governador Newton Cardoso procurou os bicheiros para lhes pedir apoio e, agora, foi acertado o acordo, que dará tranquilidade aos banqueiros do bicho para trabalharem. Em Belo Horizonte, existem cerca de 2 mil pessoas que trabalham diretamente ligadas ao jogo do bicho.

Durante parte da manhã, no programa do radialista e veedor José Lino de Souza Barros (PMDB), denominado "Rádio Vivo", a Rádio Itatiaia promoveu um debate sobre a legalização do jogo do bicho, com a maioria manifestando-se favoráveis à decisão. Um outro banqueiro, "Ziza", também foi ouvido e confirmou o acordo com o governo, dizendo que todos os bicheiros estão de acordo.



Deputado prefere Maciel liderando no lugar de José Lourenço

# Souto ataca líder e acha PFL deformado

Se optar por sair do Gabinete Civil, o ministro Marco Maciel deveria ser o líder do PFL na Constituinte, uma função na qual seria "mais útil" do que na Presidência do partido. A afirmação é do deputado Humberto Souto (PFL-MG), em novo ataque ao atual líder de seu partido na Câmara e na Constituinte, deputado José Lourenço (BA). Numa evidente defesa da substituição de Lourenço, Humberto argumenta que não há como torná-lo menos inclinado para a direita. "Uma pessoa formada doutrinariamente nessa linha — diz Humberto — não muda de uma hora para outra".

Segundo o parlamentar mineiro, é o próprio partido que tem que buscar "os seus caminhos", e a solução estaria em tornar Marco Maciel o novo líder, embora a seu ver esteja sendo "muito útil" ao país também no Gabinete Civil. Ao contrário de Lourenço, que estaria demasiadamente inclinado para a direita, Humberto Souto acredita que Maciel é político nitidamente identificado com a linha de centro, o que ficou evidenciado, segundo ele, quando Maciel presidiu o PFL por

ocasião do surgimento da sigla. "Se continuarmos como um partido de direita — reclama Souto —, atrasado, deformado, dando a impressão de que atendemos a interesses de grupos, vamos sair derrotados da Constituinte. O PFL é um partido congressual e será justamente aqui que vamos adquirir a nossa marca."

### Distanciamento

Em relação ao distanciamento que estaria havendo entre o Congresso e a sociedade, cujos problemas e angústias do dia a dia não estariam sendo refletidas pelo Parlamento, Humberto Souto argumenta que isto foi provocado pelo autoritarismo dos últimos anos, que castrou o Poder Legislativo e tirou-lhe a força, na medida em que fortaleceu o Executivo.

— O Parlamento — diz ele — que deveria ser a intermediação entre o povo e o Executivo, perdeu essa característica. Tanto assim que o presidente da República está procurando ir ao povo diretamente, inclusive através do rádio.

A solução para isso, segundo o parlamentar, está em desatrelar o Judiciário do Executivo, de modo que as leis

possam ser cumpridas, "doa a quem doer", e o Legislativo possa ser revigorado para interferir em favor do povo. "Por que hoje — prossegue — o Legislativo não exerce a função de representante do povo. Use-se a tribuna, mas não se define uma política para o país. Os parlamentares não podem fazer nada, não podem lançar um projeto criando despesas. O governo sacrifica os pequenos e médios comerciantes, o agricultor, a classe média com o Imposto de Renda, e o parlamentar não pode fazer nada a não ser reclamar".

Humberto diz ter "absoluta certeza" de que a Constituinte vai reverter esse quadro, estabelecendo preferencialmente — no seu entendimento — o regime Parlamentarista de governo, ou, se isto não se concretizar, um sistema "híbrido" entre o Parlamentarismo e o Presidencialismo. Embora relutante, reconhece que a classe política teve parcela de culpa no atual estágio de seu enfraquecimento, na medida em que o restabelecimento das prerrogativas do Legislativo sempre foi adiado com o argumento de que estava para vir uma Constituinte.



Maluf disse que «hoje só acredita em governos legítimos»

## PMDB não sabe como governar, diz Maluf

**São Paulo** — «O PMDB é um partido que nasceu para fazer oposição. Mas positivamente não tem jeito para governo». A declaração é do ex-governador Paulo Maluf, que embarcou ontem no aeroporto de Cumbica com destino a Montevideu, onde passará os feriados de fim de semana. Qualificando de «insulto ao presidente da República» as declarações do governador paulista Orestes Quércia, exigindo que José Sarney assumisse efetivamente o controle do governo e modifique sua equipe econômica, Maluf afirmou que a crise econômica só existe hoje porque o PMDB é incompetente.

«O PMDB é governo. Se os ministros da área econômica estão errando, não se pode esquecer que eles são do PMDB. Este partido tem de ter um pouco de dignidade e assumir perante o público o seu «mea culpa», disse. Para Maluf, a posição de Quércia exigindo a queda do ministro Dilson Funaro foi um gesto de ousadia.

«Todo mundo sabe que o presidente da República não iria pedir a saída de um secretário de estado, fosse este incompetente ou parente de alguém. Então, cada macaco no seu galho». Segundo o ex-governador, todos aqueles que estão forçando uma reforma ministerial, «para lá colocar os seus cupinchas e amigos, não estão prestando nenhum serviço ao país».

Apesar de defender o presidente Sarney, dizendo que ele está «fazendo o melhor que pode», Maluf considera que a única saída para a crise econômica que vive o país é a eleição presidencial direta, já em 1988, mantendo-se o período de quatro anos para os sucessores de Sarney. «Hoje eu só acredito em governos realmente legítimos, eleitos pelo povo», disse. Maluf não quis confirmar se é candidato à sucessão de Sarney, dizendo ser esse um problema dos partidos políticos. «Ninguém é candidato por si próprio. Por isso, esta é uma decisão de partido e só para 1988».

## Grecco pede definição já do mandato

O prolongamento da discussão em torno do mandato do presidente Sarney prejudica a imagem da classe política junto à opinião pública, segundo afirmou ontem o deputado José Carlos Grecco (PMDB-SP), para quem esse assunto deveria ser solucionado o mais brevemente possível, levando-se sempre em conta os altos interesses do País e não os de alguns líderes políticos. Grecco assinalou que o mandato presidencial, «para Sarney e para os futuros presidentes, deveria ser fixado em quatro anos, com direito à reeleição, como ocorre nas grandes democracias ocidentais».

O prazo de seis anos pleiteado por alguns setores políticos ligados a Sarney foi considerado excessivo por José Carlos Grecco: «Mesmo cinco anos é um período longo. Somente quem já ocupou um cargo executivo é que pode avaliar isso. Mandato de quatro anos já é cansativo. Imagine o de seis anos».

### Definição

O mais importante, contudo, para o parlamentar paulista, é que se defina de uma vez por todas as questões do mandato presidencial. A discussão em torno do assunto está atrasando até mesmo os trabalhos da Constituinte, cujo prazo de promulgação já foi adiado. Já não será mais em sete de setembro. «E o povo, que vem acompanhando com interesse os trabalhos de elaboração da nova Constituição, certamente modifica seu juízo sobre a classe política».

O deputado José Carlos Grecco disse ainda estar preocupado com o panorama social, depois da vigência da nova Carta Magna.